



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO DE APOIO À GESTÃO REGIONAL 5

Rodovia Maurício Sirotsky Sobrinho, s/nº - KM 02 - Bairro Jurerê - Florianópolis - CEP 88053-700

Telefone:

Informação Técnica nº 43/2026-COAGR-5/GR-5/GABIN/ICMBio

Florianópolis, na data da assinatura eletrônica.

ASSUNTO: Instrução processual - Ajustes finais nas peças após análise jurídica da PFE.

REFERÊNCIA: Processo n.º02127.007759/2025-89

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. A presente Informação Técnica trata do processo licitatório para Aquisição de bens diversos de Unidades do ICMBio vinculada à Gerência Regional 5 - Sul, por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços e formação de cadastro reserva, com valor global estimado de R\$ **1.906.987,12 (um milhão, novecentos e seis mil, novecentos e oitenta e sete reais e doze centavos)**. A licitação será dividida em 9 (nove) grupos e quatro itens avulsos, totalizando 127 itens.

1.2. Os principais documentos que compõem os autos do processo são:

- I - Documento de Formalização da Demanda Digital n.º 11/2026 (Doc. SEI n.º 022374125);
- II - Portaria n.º 4691/2025 - Equipe de Planejamento (Docs. SEI n.º 022374197 e 022653503);
- III - Portaria CGADM/DIPLAN/ICMBio n.º 914/2026 - Pregoeiros e Equipe de Apoio (Doc. SEI n.º 022653594);
- IV - Estudo Técnico Preliminar (Doc. SEI n.º 023343742);
- V - Anexo I do ETP - Mapa de Riscos Digital - Comprasnet (SEI n.º 022942990);
- VI - Anexo II do ETP - Caderno de Especificações Técnicas - Grupos 02, 03 e 04 (Doc. SEI n.º 022943161);
- VII - Anexo III do ETP - Pesquisa de Preços (Doc. SEI n.º 023343781);
- VIII - Anexo IV do ETP - Mapa de Preços (Doc. SEI n.º 023343819);
- IX - Anexo V do ETP - Relação de Itens por locais de entrega (Doc. SEI n.º 023048429);
- X - Nota Técnica sobre Pesquisa de Preços (Doc. SEI n.º 023048519);
- XI - Edital **e anexos** (Doc. SEI n.º 023343923);
- XII - Termo de Referência (Doc. SEI n.º 023343881);
- XIII - Anexo II do Edital - Modelo de Proposta Comercial com Declarações (SEI n.º 023143280);
- XIV - Anexo III do Edital - Minutas de Termo de Contrato:
 - a) Minuta de Contrato Anexo III A- Grupo 1 (SEI n.º 023142939);
 - b) Minuta de Contrato Anexo III B - Grupo 2 (SEI n.º 023142955);
 - c) Minuta de Contrato Anexo III C- Grupo 3 (SEI n.º 023142961);
 - d) Minuta de Contrato Anexo III D - Grupo 4 (SEI n.º 023143271);
 - e) Minuta de Contrato Anexo III E - Grupo 5 (SEI n.º 023143272);
 - f) Minuta de Contrato Anexo III F - Grupo 6 (SEI n.º 023143275);
 - g) Minuta de Contrato Anexo III G - Grupo 7 (SEI n.º 023143276);

- h) Minuta de Contrato Anexo III H- Grupo 8 (SEI n.º 023143277);
 - i) Minuta de Contrato Anexo III I- Grupo 9 (SEI n.º 023143278);
 - j) Minuta de Contrato Anexo III J- para quaisquer Item avulso (SEI n.º 023143279).
- XV - Anexo IV do Edital - Minuta de Ata de Registro de Preços (SEI n.º 023143281)
- XVI - Apêndice I do Anexo IV - Cadastro de Reserva (SEI n.º 023143281);
- XVII - Anexo V do Edital - Minuta de Ordem de Fornecimento (SEI n.º 023143282).
- XVIII - Minuta de Autorização (Doc. SEI nº 023344215);
- XIX - Certificação Processual (Doc. SEI nº 023143285);
- XX - Lista de Verificação (Doc. SEI nº 023143286); e
- XXI - Informação Técnica nº 43/2016 (Doc. SEI nº 023344219).

2. ADOÇÃO DE MODELOS PADRONIZADOS

2.1. Em conformidade com os preceitos dos artigos 29 e 35 da [Instrução Normativa SEGES n.º 05/2017](#), o presente processo licitatório adotou os modelos disponibilizados pela Advocacia-Geral da União (AGU) especificados no quadro abaixo, por meio do link de acesso: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrancia>

Quadro 1 - Modelos disponibilizados pela AGU e respectivas versões adotados na presente contratação

DESCRIÇÃO DO MODELO	VERSÃO/ATUALIZAÇÃO
Termo de Referência Compras Lei 14.133	Dezembro/2025
Modelo Contrato Compras Lei 14.133	Dezembro/2025
Modelo Edital Pregão e Concorrência menor preços e maior desconto Lei 14.133	Novembro/2025
Lista de Verificação Compras e Serviços sem Mão de Obra exclusiva - Lei 14.133	Setembro/2024
Modelo Ata de Registro de Preços Lei 14.133	Novembro/2025

2.2. No processo de seleção do documento padronizado pela AGU, foram consideradas a compatibilidade do modelo com as características específicas da presente contratação, conforme o documento Certificação Processual 023143285 que consta nos autos.

2.3. As seções subsequentes fornecerão detalhes sobre as justificativas e ajustes nas peças em atendimento às recomendações da Procuradoria Federal Especializada no Parecer Nº 00980/2026/NLC/ELIC/PGF/AGU (023326089) e Despacho Nº 00250/2026/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU (023326095).

3. ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO PARECER DA PFE

3.1. No **Parecer Nº 00980/2026/NLC/ELIC/PGF/AGU (SEI 023326089)** a Procuradoria Federal Especializada manifestou-se pela REGULARIDADE JURÍDICA, COM RESSALVAS, do procedimento submetido ao exame daquela unidade consultiva, condicionada ao atendimento das recomendações formuladas nos itens **13, 85, 94 e 97** do parecer, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise daquele órgão.

3.2. Dessa forma, informa-se que a versão final dos documentos preparatórios para realização do **Pregão SRP nº90002/2026** listados no item 1 da presente Informação, foram ajustados em conformidade às recomendações exaradas ou devidamente justificados.

3.3. A seguir detalhamos a transcrição das recomendações exaradas nos itens supracitados e as providências adotadas nas peças ou justificativas pertinentes:

3.3.1. **Item 13:** "Nesses termos, o ente assessorado deverá: a. comprovar a autorização para celebrar a contratação, para as atividades de custeio (art. 3º do Decreto n. 10.193, de 2019), que deve ser juntada aos autos antes da efetiva contratação; "

3.3.1.1. **Resposta sobre item 13:** A recomendação é conhecida e será atendida. A autorização para celebrar a contratação, exigida pelo art. 3º do Decreto nº 10.193/2019 para despesas de custeio, será providenciada junto à DIPLAN e juntada aos autos antes da efetiva contratação, em conformidade com o fluxo procedimental padrão adotado pela COAGR-5/GR-5. A Minuta de Autorização (SEI nº 023344215) já foi elaborada e consta dos autos, encontrando-se pendente de

assinatura pela autoridade competente, o que ocorrerá após a conclusão dos ajustes finais nas peças licitatórias, etapa que antecede, no fluxo interno, a formalização da referida autorização.

3.3.2. Item 85: *informar nos autos a natureza da ação que suporta a despesa, se projeto ou atividade, adotando, se for o caso, as providências previstas no art. 16, incisos I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as premissas da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a metodologia de cálculo utilizadas (art. 16, §2º, da Lei Complementar n.º 101/2000).*

3.3.2.1. Resposta sobre Item 85: A recomendação é atendida. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral da União, com a seguinte dotação prevista sendo editado o item 11 do Termo de Referência que informa: Gestão/Unidade 44207/443048 — Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio (Gerência Regional 5 - Sul); Fonte de Recursos: definida no ato de empenho; Programa de Trabalho 236129 - 20WM; Elemento de Despesa e Plano Interno definidos junto à criação de subcomponente no sistema CONSIAFI-ICMBio. A dotação orçamentária completa será indicada no momento da formalização de cada contratação derivada da Ata de Registro de Preços, tendo em vista que, nos termos do art. 17 do Decreto nº 11.462/2023, na licitação para Registro de Preços não é necessária a indicação prévia da dotação orçamentária, exigível apenas para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil. As estimativas de impacto orçamentário-financeiro encontram amparo no valor global estimado da contratação de R\$ 1.906.987,12, apurado por meio de pesquisa de preços devidamente documentada nos autos (Anexo III do ETP — Pesquisa de Preços, SEI nº 023343781, e Mapa de Preços, SEI nº 023343819), em conformidade com o art. 16, incisos I e II, e §2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

3.3.2.2. Item 94 - RESERVA DE COTA DE 25% PARA ME/EPP NOS GRUPOS DE AMPLA CONCORRÊNCIA : *"No caso, para os grupos cuja estimativa ultrapassa R\$ 80.000,00, deverá ser prevista a reserva de cota de até 25% do objeto, para contratação de ME e EPP. Necessário a Administração certificar o atendimento a este requisito ou justificar a impossibilidade."*

3.3.2.3. Justificativa de não realizar reserva de cota nos grupos de ampla concorrência:

3.3.2.4. A Administração adotou, de forma planejada e fundamentada, a reserva integral de grupos e itens avulsos com exclusividade para ME/EPP — Grupos 5 e 7 e itens avulsos 124 a 127 —, totalizando R\$ 136.163,24 (aproximadamente 7,14% do valor global estimado de R\$ 1.906.987,12), em cumprimento ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 c/c art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, conforme amplamente detalhado nos itens 9.5 e 9.6 do ETP (SEI 023343742, processo 02127.007759/2025-89). A estratégia adotada — reserva por exclusividade integral de grupos, em vez de cotas parciais de 25% nos grupos de ampla concorrência — é tecnicamente superior sob a ótica da promoção das ME/EPP, pois garante adjudicação plena e exclusiva a esse segmento, sem concorrência de empresas de maior porte, ao contrário da cota parcial, que apenas reserva uma fração do objeto com resultado incerto. A não adoção de cotas parciais nos Grupos 1, 2, 3, 4, 6, 8 e 9 encontra amparo na ressalva do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, que admite a dispensa da reserva quando houver prejuízo justificado ao conjunto ou ao complexo do objeto, pelos seguintes fundamentos: (i) os grupos de ampla concorrência foram estruturados com base em compatibilidade técnica, cadeia produtiva comum e economia de escala, envolvendo itens — como eletrodomésticos de linha branca, mobiliário de escritório e de alojamento, equipamentos de climatização, ferramentas motorizadas para manutenção predial e equipamentos de comunicação e fotografia — que demandam escala produtiva, rede de assistência técnica nacional e logística especializada, requisitos esses estabelecidos em conformidade com os arts. 9º, I, e 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, e cuja fragmentação por cotas comprometeria a coesão técnica dos lotes e a eficiência da gestão e fiscalização contratual, conforme itens 9.4.1 e 9.6.2 do ETP; (ii) a licitação já é composta por 13 procedimentos distintos de seleção de fornecedor — 9 grupos e 4 itens avulsos —, cada qual com análise de proposta e documentação de habilitação próprias, de modo que a subdivisão adicional dos grupos de ampla concorrência em cotas principal e reservada elevaria significativamente o custo operacional e o tempo de condução do certame, em desacordo com o princípio da eficiência previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e com os objetivos de racionalização administrativa que fundamentaram os próprios agrupamentos, nos termos do item 9.4.1 do ETP; (iii) a reserva por exclusividade integral, além de juridicamente equivalente à cota reservada para fins de cumprimento do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, é operacionalmente mais eficiente, pois evita a necessidade de gerenciar, dentro de um mesmo grupo, contratos simultâneos com fornecedores de portes distintos, o que poderia gerar inconsistências na execução, dificuldades na padronização dos produtos entregues e complexidade adicional na fiscalização. Por fim, ressalta-se que as ME/EPP não são excluídas dos grupos de ampla concorrência: permanecem plenamente aptas a participar de todos os grupos e itens da licitação, com garantia de aplicação do tratamento diferenciado previsto nos arts. 44 a 47 da Lei Complementar nº 123/2006, incluindo preferência no empate ficto — proposta até 5% superior à melhor oferta — e prazo para regularização de documentação fiscal e trabalhista, conforme itens 9.5.3 e 9.5.4 do ETP e item 4.15 do Termo de Referência. Diante do exposto, o requisito é considerado atendido pela via da exclusividade integral, devidamente justificada nos autos, restando demonstrado que a modelagem adotada promove de forma mais eficiente e segura os objetivos de fomento às microempresas e empresas de pequeno porte que inspiram o art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto nº 8.538/2015.

3.3.3. Item 97 — MINUTAS DE EDITAL E CONTRATO / AJUSTES DE CONTEÚDO: *ITEM 97: Quanto ao conteúdo das alterações destacadas, recomenda-se proceder aos seguintes ajustes: a) a vedação da participação de cooperativas somente se aplica na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra que não se enquadrem nas hipóteses permitidas no artigo 10 da IN SEGES nº 5/2017, o que não é o presente caso. Assim, deve ser permitida a participação de cooperativas. b) justificar a vedação de participação de consórcios, que é medida excepcional, nos termos do art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021.*

3.3.3.1. AJUSTES NO EDITAL

Em atendimento à recomendação constante no item 97 do Parecer Nº 00267/2026/NLC/ELIC/PGF/AGU, informa-se que foram realizadas as seguintes análises e providências quanto ao edital e às minutas de contrato:

a) Participação de cooperativas: Identificada contradição no edital entre o item 3.9.9, que vedava a participação de sociedades cooperativas, e os itens 5.3 e 5.8, que previam tratamento favorecido e declaração específica para cooperativas. O item 3.9.9 foi corrigido para excluir sociedades cooperativas do rol de impedidos, harmonizando o edital com o art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

b) Vedação à participação de consórcios: A vedação à participação de consórcios, prevista no item 3.9.9 do edital, foi mantida com inclusão de justificativa expressa no item 3.9.9.1: "A vedação à participação de consórcios justifica-se pela natureza do objeto — fornecimento de bens comuns — e pelo valor individual de cada grupo, compatível com a capacidade operacional e financeira de empresas individuais, nos termos do art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021.". Ou seja, tendo em vista a natureza do objeto — fornecimento de bens comuns — e o valor individual de cada grupo, todos compatíveis com a capacidade operacional e financeira de empresas individuais, não havendo complexidade técnica ou econômica que justifique a reunião de empresas para viabilizar o fornecimento. A permissão de consórcios poderia reduzir a competitividade ao permitir que empresas concorrentes se associem para apresentar proposta única, em prejuízo do interesse público, nos termos do art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

3.3.4. **Item 106 — LGPD / Aplicação nos contratos:** *"Nesses termos, o ente assessorado deverá: a. observar o disposto no PARECER n. 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU, que trata da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados nos modelos de licitação e contratos."*

3.3.4.1. Em atendimento à recomendação constante no item 106 do Parecer, e em conformidade com o PARECER n. 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU, o texto integral da cláusula referente às obrigações decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD (Lei nº 13.709/2018) foi incluído nas minutas de contrato, observando-se ainda que as referências a representantes da Administração constantes das minutas identificam os servidores exclusivamente por meio de matrícula funcional, e os representantes da contratada por nome, sem inclusão de números de documentos pessoais, em conformidade com as diretrizes do referido Parecer.

ITEM 3.3.5 — FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA - item 12 do EDITAL.

3.3.5.1. A pregoeira identificou, a partir da experiência do Pregão Eletrônico SRP nº 90001/2026, que o sistema Compras.gov.br não disponibiliza funcionalidade automatizada para o registro de interesse dos licitantes em integrar o cadastro reserva durante a sessão pública, tornando necessária a condução manual desse procedimento pelo pregoeiro. Para conferir segurança jurídica e transparência ao certame, foi incluído subitem inaugural na Seção 12 do Edital — Da Formação do Cadastro de Reserva —, com a seguinte redação:

"12.1. Durante a sessão pública, após o julgamento e aceitação da proposta do licitante provisoriamente vencedor e concluída a análise dos documentos de habilitação, mas antes do encerramento da fase de habilitação, o pregoeiro consultará os demais licitantes participantes por meio do chat do sistema Compras.gov.br acerca do interesse em integrar o cadastro reserva, pelo preço do primeiro colocado e/ou pelo próprio preço ofertado. Os licitantes interessados deverão manifestar-se no prazo de 2 (duas) horas, contado da consulta realizada pelo pregoeiro, sendo registrados no cadastro reserva na ordem de classificação. O procedimento será registrado na ata da sessão pública."

3.3.5.2. A inserção justifica-se pelo fato de o sistema Compras.gov.br não automatizar esse procedimento, sendo necessária a previsão expressa no edital para assegurar clareza às partes e garantir o cumprimento do art. 18 do Decreto nº 11.462/2023. A inclusão na Seção 12 assegura que todas as regras relativas ao cadastro reserva estejam reunidas em um único ponto do instrumento convocatório, preservando a coesão temática do edital, sendo que os demais subitens já existentes na Seção 12 disciplinam o rito subsequente à homologação e permanecem inalterados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. Diante do exposto, ressalta-se que foram adotadas ou devidamente justificadas as recomendações jurídicas exaradas no Parecer Nº 00980/2026/NLC/ELIC/PGF/AGU (023326089) foram consideradas na versão final das peças licitatórias.

4.2. Verificou-se a adequação e pertinência dos documentos de planejamento da contratação — Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 023343742), Termo de Referência (SEI nº 023343881), Anexo III do ETP — Pesquisa de Preços (SEI nº 023343781), Anexo IV do ETP — Mapa de Preços (SEI nº 023343819), Mapa de Riscos Digital — Comprasnet — Anexo I do ETP (SEI nº 022942990), Edital (SEI nº 023343923) e minutas de contrato (SEI nº 023142939; 023142955; 023142961; 023143271; 023143272; 023143275; 023143276; 023143277; 023143278 e 023143279), assegurando o alinhamento com as exigências legais e as necessidades específicas da contratação.

4.3. As modificações realizadas e as justificativas apresentadas visam garantir a legalidade, eficiência e eficácia do processo licitatório, buscando o equilíbrio entre a necessária qualificação dos licitantes e a ampla competitividade.

4.4. Esta é a informação que submetemos à consideração superior.

CAROLINA MÂNGIA MARCONDES DE MOURA

Analista Ambiental

Núcleo de Licitações - COAGR-5 Sul



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Mangia Marcondes De Moura, Analista Ambiental**, em 04/05/2026, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **023344219** e o código CRC **4FC2AE68**.